



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0009807-39.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **OF, CF, IP-Flagr. - 1481/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 3034/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 96/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **HUGO GUIARE DA SILVA FRANCISCO**

Réu Preso

Aos 12 de dezembro de 2016, às 14:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como o réu **HUGO GUIARE DA SILVA FRANCISCO**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos o acusado foi interrogado, sendo em seguida inquiridas as testemunhas de acusação Alessandro Luciano Germano e Fábio Luís de Oliveira, tudo em termos apartados. Concluída a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Dr. PROMOTOR:** MM. Juiz: o réu foi denunciado como incurso no artigo 33 da Lei 11343/06 uma vez que trazia consigo 17 porções de maconha para fins de tráfico. A ação penal é procedente. Os dois policiais ouvidos disseram ter visto o réu entregar algo para uma pessoa, sendo que esta repassou uma cédula para o acusado. Disseram que abordaram o réu e com ele foram encontrados 17 papelotes de maconha e mais cédula que ele havia acabado de receber. Este relato dita claramente que a droga quer o réu trazia era para fins de tráfico, o que justifica a sua condenação nos termos da denúncia. Isto posto, requeiro a condenação do réu conforme artigo 33 da Lei de Drogas. Apesar de primário, não se trata de envolvimento inicial no tráfico. O próprio réu admitiu que na ocorrência de fevereiro deste ano foi ele encontrado com vários frascos de substância usada para preparar droga, sendo que em relação a este fato ele está sendo processado neste juízo por crime de tráfico; a redução de pena prevista no artigo 33 é reservada para aquele iniciante no mundo do tráfico, o que não é o caso. Por outro lado, o tráfico é uma conduta que causa um enorme malefício social, o que exige o afastamento do agente do seio da sociedade, por maior espaço de tempo possível, razão pela qual o regime inicial para cumprimento da pena deve ser o fechado. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: Requer a absolvição. O quadro probatório se mostrou frágil. O réu alega que havia acabado de comprar a droga apreendida, 18 “parangas”, conforme auto de exibição e apreensão de fls. 95, sendo que pagou em cada porção 5 reais. Narrou que entregou R\$100,00 para o traficante e este lhe devolveu R\$10,00 de troco. Sua versão está corroborada pela palavra dos policiais, que viram ele receber os R\$10,00. Por outro lado os policiais não viram o que ele entregou, sendo que provavelmente seja os R\$100,00, nota esta com que adquiriu as drogas. Logo, não há provas que a droga se destinava a terceiros. Havendo, pelo contrário, prova de que a droga se destinava ao consumo próprio. Por fim, cumpre observar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

que a confissão informal aos policiais, foi infirmada pelo termo de interrogatório prestado na delegacia, visto que o policial Germano narrou que o acusado confessou na frente do delegado. No interrogatório policial lavrado pela autoridade pública consta que o acusado alegou que as drogas eram para consumo próprio. Ademais, tal informação não deve ser valorada para imputar autoria ao réu, por vedação expressa do artigo 155 e 197 do CPP. A absolvição é medida que se impõe. Subsidiariamente, requer aplicação do privilégio visto que o acusado é primário e não possui maus antecedentes nos termos da Súmula 444 do STJ. Por outro lado, o fato dele ter sido apreendido com lança-perfume não comprova que o réu se dedicava ao tráfico de drogas porque simplesmente lança-perfume não está inserida na Portaria do Ministério da Saúde que regulamenta o artigo 33 da Lei 11343/06. Tal celeuma será discutida no processo ao qual o réu responde. Logo, esta notícia não deve ser levada a cabo para se vedar o benefício. Em seguida o MM. Juiz proferiu a seguinte sentença: **VISTOS. HUGO GUIARE DA SILVA FRANCISCO** (RG 57.811.793), com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 33, “caput”, da Lei 11.343/06, porque no dia 25 de setembro de 2016, por volta das 16:00h, na rua Dona Alexandrina, próximo do Mercado, nesta cidade, foi preso em flagrante porque trazia consigo, para fins de tráfico, 17 invólucros e uma pequena porção de Cannabis Sativa L, conhecida por maconha, droga esta considerada como substância entorpecente, sem autorização e em desacordo com determinação legal, consoante os laudos periciais. Segundo foi apurado, na ocasião, policiais militares faziam patrulhamento pelo local quando viram um adolescente receber algo do denunciado, o qual recebeu do menor uma cédula de dinheiro, razão pela qual pararam a viatura para averiguação; o adolescente entrou em um coletivo, enquanto que o denunciado correu, mas, logo foi alcançado; na busca pessoal, os policiais encontraram, no bolso da bermuda usada por Hugo, a droga acima mencionada; também, em poder do denunciado foram apreendidos um celular e uma cédula de 10 reais. A finalidade de tráfico ficou evidenciada, em face da quantidade e acondicionamento da droga, bem porque o indiciado foi surpreendido quando entregava algo a um adolescente, objeto este que provavelmente seria a droga comercializada. O réu foi preso e autuado em flagrante, sendo esta prisão convertida em prisão preventiva (página 29/30). Expedida a notificação (páginas 121/122), o réu, através de seu defensor, apresentou defesa preliminar (páginas 129 e 130). A denúncia foi recebida (página 131) e o réu foi citado (página 147/148). Nesta audiência, sendo o réu interrogado e foram inquiridas duas testemunhas de acusação. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia, enquanto que a Defesa requereu a absolvição e, subsidiariamente, requereu a aplicação do privilégio. **É o relatório. DECIDO.** Policiais militares avistaram o réu justamente no momento em que ele comercializava droga, fazendo justamente o gesto de entregar algo para um adolescente e dele receber uma nota de R\$10,00. Na sequência fizeram a abordagem do réu e encontraram com o mesmo 17 invólucros e uma outra pequena porção de maconha, o qual admitiu para os policiais que vinha comercializando droga para o seu sustento, porque estava desempregado. Esta é a prova que foi produzida em juízo. O réu confirma que tinha mesmo a droga, mas colocou-se na condição de viciado e que o gesto presenciado pelos policiais consistia no ato em que ele comprou a droga de um adolescente. Portanto, a autoria é certa. A materialidade também vem demonstrada no laudo de constatação de fls. 101 e no toxicológico definitivo de fls. 105/106. Resta também decidir se o réu deve ser considerado traficante ou simples usuário. A prova compromete o réu. A ação presenciada pelos policiais é própria do ato de comercializar. A quantidade de entorpecente encontrada com o réu é muito superior a que se costuma encontrar com viciados, especialmente de pessoa desempregada e sem recurso, como é o caso do réu, que não tinha ocupação alguma e, por conseguinte, sem rendimento. É evidente que a versão do réu não vai além de uma desculpa para a situação em que se viu envolvido. Mas nenhuma outra investigação foi feita no sentido de apurar ser o réu um traficante contumaz. Transparece que se trata de pequeno traficante, que passa a vender droga com o objetivo de alimentar o próprio vício. É primário e o fato de estar respondendo por outro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

processo não impossibilita que neste caso seja reconhecido o crime privilegiado e previsto no § 4º do artigo 33 da Lei 11343/06. Uma condenação pelo “caput” deste dispositivo seria desproporcional ao comportamento criminoso praticado pelo réu. Assim, deve ele ser responsabilizado, mas na medida do seu comportamento. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 do Código Penal, que o réu é tecnicamente primário e que tem em seu favor ainda a atenuante de ter menos de 21 anos, delibero impor-lhe desde logo a pena mínima, ou seja, de 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo vigente na data do crime. Reconhecida a causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei citada, reduzo a pena em dois terços, porque não encontro razões para uma redução menor. **CONDENO**, pois, **HUGO GUIARE DA SILVA FRANCISCO** à pena de **um (1) ano e oito (8) meses de reclusão e de 166 dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o artigo 33, “caput”, c.c. o seu § 4º, da Lei 11.343/06. A conversão em pena restritiva de direito é vedada justamente pelo dispositivo que faculta a redução concedida. Mesmo que afastada a hediondez, o regime inicial só pode ser o **fechado**, pela inegável gravidade do crime, que provoca grande nocividade à sociedade pelos efeitos devastadores, merecendo severa punição, que não seria alcançada caso a benesse, além da que foi concedida, seja ainda minorada com o regime aberto, que constitui em liberdade total, ou seja, em não punição. Como o réu aguardou preso o julgamento, assim deverá continuar, não podendo recorrer em liberdade e devendo ser recomendado na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Devolva-se o celular apreendido ao réu ou a familiar deste. Declaro a perda do dinheiro apreendido com o réu, pela evidência de se tratar de valor arrecadado com o tráfico, devendo ser recolhido à Funad. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):